



Gestão de Processos, Contratos e Convênios

Proc. 28059/2022

DESPACHO

O presente processo administrativo versa sobre impugnação interposta pela empresa COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA, em face do processo administrativo nº19469/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação transportada para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses.

Requer a impugnante a adequação do procedimento licitatório e consequente edital através dos seguintes levantamentos:

"(i) Seja revisto o item 21.2 para então prever a obrigatoriedade do registro do(s) atestado(s) de capacidade técnica na entidade profissional competente (Conselho Regional de Nutricionista), conforme exigido pelo art. 30, §1º, da Lei 8.666/93."

Pugnamos pelo provimento da impugnação recebida, certificando que será acrescido no Termo de Referência e Edital a obrigatoriedade do registro do atestado de capacidade técnica devidamente averbado no conselho regional de nutricionistas (CRN).

"(ii) Seja incluído no edital e termo de referência a informação da data de início dos serviços, que tal prazo não seja inferior a 30 (trinta) dias úteis a contar da assinatura do contrato"


A respeito do prazo para início dos serviços, por decisão da Ordenadora de Despesa da Pasta, fica determinado o período de 5(cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual. Considerando a essencialidade do objeto e a importância para o funcionamento da Unidade Requisitante, cujo sua falta poderá acarretar em prejuízos imensuráveis, haja vista a necessidade constante de assegurar a alimentação e nutrição dos pacientes/ funcionários/ acompanhantes do nosocômio em questão, o prazo de implementação não superior a 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato é consideravelmente longo, uma vez que restaria ao município estancar um período de no mínimo 30 dias de fornecimento alimentício emergencial até a empresa vencedora do

procedimento licitatório se encontrar apta para execução do serviço.

Ademais, entende-se que o prazo de 5 dias úteis a partir da assinatura do contrato não restringe o caráter competitivo da licitação, tendo em vista que a empresa vencedora tomará ciência a partir da data de publicação do Resultado de Julgamento do certame licitatório, dando a oportunidade de começar os preparativos a partir deste, somando com o período necessário para a elaboração da Ata de Registro de Preço bem como o prazo pós assinatura do contrato.

Ao fio do exposto, cabe ressaltar que tanto a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica quanto o prazo para a execução do serviço serão implementados no Termo de Referência e Edital.

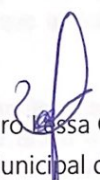
Nova Friburgo/RJ, 07 de novembro de 2022.


Higor de Barros Pinto

Gestão de Processos, Contratos e Convênios

Matrícula 062.871

RATIFICO


Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137



Processo: 28059/2022

Requerente: Cook Empreendimentos em Alimentação Coletiva Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 169 de 2022 - Processo Licitatório n. 19469/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa *Cook Empreendimentos em Alimentação Coletiva Ltda.* em 26 de outubro de 2022 acerca do Pregão Eletrônico n. 169 de 2022 - Processo Licitatório n. 19469/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação transportada para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã.

Em suma, a empresa afirma que o edital apresenta várias irregularidades, dentre elas, a ausência de previsão no edital do devido registro do atestado de capacidade técnica na entidade profissional competente, qual seja, o Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), na forma do art. 30, § 1º da Lei n. 8.666/93.

Afirma, ainda, a existência de omissão quanto à data de início dos serviços, que deve ser assinalada em prazo à participação de empresas que já possuam uma cozinha industrial em Nova Friburgo.

A Comissão de Pregão II, em manifestação de fls. 29, encaminhou o procedimento à Secretaria Municipal de Saúde para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do que dispõe o item 29.3 do edital, informando que a licitação se encontra suspensa *sine die* para melhor análise das impugnações interpostas.

Às fls. 30/31 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, acolheu parcialmente a impugnação para determinar o período de 05 (cinco) dias úteis para o início dos serviços após a assinatura do instrumento contratual, justificando que o prazo de 30 (trinta) dias é consideravelmente longo e acarretaria prejuízos imensuráveis, uma vez que seria necessário o fornecimento alimentício de forma emergencial até a empresa vencedora do procedimento licitatório se encontrar apta para a execução do serviço.

Afirma, ainda, que “o prazo de 05 dias úteis a partir da assinatura do instrumento contratual não restringe o caráter competitivo da licitação, tendo em vista que a empresa vencedora tomará ciência a partir da data de publicação do Resultado de Julgamento do certame licitatório, dando a oportunidade de começar os preparativos a partir deste, somando com o período necessário para a elaboração da Ata de Registro de Preço bem como o prazo pós assinatura do contrato”.

Por fim, afirma que tanto a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica quanto o prazo para a execução do serviço serão implementados no termo de referência e no edital.

É o relatório.



Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 26/10/2022 é tempestiva, em conformidade com o art. 41, § 2º da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que a realização do Pregão estava marcada para 31/10/2022.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Inicialmente, verifica-se que somente foram impugnadas as exigências técnicas contidas no edital.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, **cabe à Secretaria de Saúde sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria**, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Além disso, conforme previsto nos itens 29.2 e 29.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Conforme narrado no relatório, a Secretaria Municipal de Saúde, às fls. 30/31, respondeu os itens impugnados. Portanto, tendo sido apresentados os esclarecimentos técnicos quanto aos itens impugnados, notadamente quanto à determinação do prazo para início dos serviços, não cabe a esta especializada jurídica qualquer análise.

No mais, quanto à alegação de necessidade de registro do atestado de capacidade técnica na entidade profissional competente, de fato, o art. 30, § 1º da Lei n. 8.666/93 prevê que a comprovação de aptidão será feita por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.

No entanto, nem todos os todos os Conselhos Profissionais registram atestados.

O TCU, no Acórdão 1452/2015-Plenário, salientou que o registro de atestados de capacidade técnica somente pode ser exigido se existir legislação aplicável à atividade prevendo que o Conselho de Fiscalização profissional mantenha controle sobre cada atuação realizada:

"Licitação. Habilitação técnica. Conselho de fiscalização profissional. Somente é lícito exigir que o atestado de capacidade técnica seja visado, reconhecido, autenticado ou averbado pelo conselho de fiscalização profissional se a legislação especial aplicável à atividade em questão previr que a entidade de fiscalização mantenha controle individualizado sobre cada trabalho realizado. O edital da licitação não pode conter



exigências de habilitação técnica que não guardem correspondência com o regramento próprio da atividade demandada, sob pena de criar restrição arbitrária e indevida à participação de potenciais interessados”.

Especificamente no caso em tela, verifica-se que a Resolução do Conselho Federal de Nutrição (CFN) n. 728/2022, que dispõe sobre a Certidão de Registro de Atestado de Capacidade Técnica de Pessoa Jurídica e o Atestado de Responsabilidade Técnica por Execução de Serviços, expedidos pelos Conselhos Regionais de Nutricionistas, para fins de comprovação de qualificação técnica por execução de serviços nas áreas de alimentação e nutrição, assim dispõe:

“Art. 2º Para fins de comprovação de qualificação técnico-operacional, o Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) da jurisdição de execução dos serviços poderá expedir a Certidão de Registro de Atestado de Capacidade Técnica de Pessoa Jurídica, que tenha sido emitido pela contratante da empresa requerente, demonstrando a capacidade operacional na execução de serviços nas áreas de Alimentação e Nutrição.

§ 1º Para expedição da Certidão de Registro de Atestado de Capacidade Técnica de Pessoa Jurídica pelo CRN da Unidade da Federação (UF) de execução dos serviços, os Atestados de Capacidade Técnica de que trata o caput deste artigo deverão conter serviços executados durante o período do registro regular da prestadora no CRN da jurisdição e serem datados e assinados pelo responsável legal ou pessoa designada pela Pessoa Jurídica contratante, devidamente identificada.

§ 2º A expedição da Certidão de Registro do Atestado de Capacidade Técnica de que trata o caput deste artigo, poderá ser requerida pela Pessoa Jurídica interessada no prazo de até 5 (cinco) anos contados do término da prestação do serviço descrita no respectivo atestado.

Art. 3º A Certidão de Registro de Atestado de Capacidade Técnica de Pessoa Jurídica confere à Pessoa Jurídica prestadora dos serviços a prerrogativa de participar em licitações, promovidas em todo o território nacional, apresentando-o como prova de qualificação técnico-operacional.

Parágrafo único. Os serviços declarados nos Atestados devem se manter compatíveis com as atribuições dos responsáveis técnicos da Pessoa Jurídica prestadora dos serviços.

Art. 4º Para expedição da Certidão de Registro de Atestado de Capacidade Técnica, o CRN da jurisdição da UF de execução dos

A.



serviços deverá consultar o seu banco de dados, observando as seguintes condições:

I. situação ativa, atualizada e regular da inscrição da Pessoa Jurídica interessada pela respectiva UF;

II. situação ativa e atualizada da inscrição do atual Nutricionista Responsável Técnico devidamente formalizado no CRN da jurisdição;

III. situação da Certidão de Registro e Regularidade (CRR) ou Certidão de Cadastro e Regularidade (CCR), quando couber, expedida pelo CRN com dados atualizados e prazo de validade vigente;

IV. apresentação das informações sobre a prestação de serviços da interessada ao CRN, protocoladas e arquivadas no Regional; e

V. demonstrar que a Pessoa Jurídica requerente tem ou tinha nutricionista Responsável Técnico no momento da execução dos serviços, atuando efetivamente no local informado no Atestado.

Parágrafo único. Havendo a constatação de inexistência de nutricionista Responsável Técnico, por período superior a 30 (trinta) dias corridos, será indeferida a expedição da Certidão de Registro do Atestado contendo serviços executados nesse período.

Art. 5º Além do disposto no artigo anterior, para expedição da Certidão de Registro de Atestado de Capacidade Técnica, deverá ser apresentado requerimento específico com declaração de veracidade e autenticidade das informações, assinado pelo representante legal ou pessoa designada pela Pessoa Jurídica requerente, na forma do Anexo I, ou via sistema eletrônico, conforme a disponibilidade da ferramenta no CRN cedente e Atestado(s) de Capacidade Técnica.

§ 1º Os documentos exigidos serão aceitos somente por meio eletrônico, por meio de Sistema de Informação disponível em plataforma web ou por e-mail (digitalizados em arquivos do tipo PDF, desde que legíveis), devidamente assinados ou validados eletronicamente, conforme orientação do CRN da respectiva jurisdição, presumida a boa-fé das informações prestadas.

§ 2º O CRN solicitará a documentação original, a substituição ou a complementação dos documentos recebidos, sempre que julgar necessário, inclusive nos casos em que a qualidade da digitalização não for satisfatória”.

da



Portanto, se o CFN regulamenta a matéria, dispondo sobre a emissão de registro dos atestados de capacidade técnica como prova de qualificação técnica para participação em licitações, cuja expedição está condicionada ao preenchimento de diversos requisitos, dentre eles a consulta ao banco de dados a fim de obter informações sobre a prestação de serviços da interessada protocoladas e arquivadas nos Conselhos Regionais, s.m.j., deve tal exigência ser inserida no edital.

Por todo o exposto, **opina-se pelo retorno do procedimento à Secretaria Municipal de Saúde para ciência do presente parecer e alterações no termo de referência e na minuta do edital, conforme narrado às fls. 30/31 e, após, à Comissão de Pregão II para ciência e providências de sua competência.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 10 de novembro de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773

João Paulo Figueiredo
PROCURADOR GERAL
PMNF-ENR: 63310



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA
DE SAÚDE

Nº Proc. 28059/22
Rubrica / Folha 39

Gestão de Processos, Contratos e Convênios

Proc. 28059/2022

DESPACHO

O presente processo administrativo versa sobre impugnação interposta pela empresa COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA, em face do processo administrativo nº19469/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação transportada para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses.

Cabe informar que foi realizada a retificação do termo de referência de acordo com o narrado em despacho às fls.30/31, considerando que a PGM entende como necessário a implementação da obrigatoriedade do atestado de capacidade técnica averbado no Conselho Regional de Nutricionista, bem como foi definido o prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do instrumento contratual para início do fornecimento.

As mencionadas modificações se encontram nos itens 4.11 e 20 do Termo de Referência.

Ao fio do exposto, remetemos os autos à Comissão de Pregão II para ciência e providências.

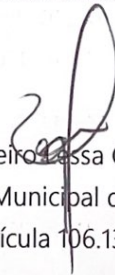
Nova Friburgo/RJ, 28 de novembro de 2022.


Higor de Barros Pinto

Gestão de Processos, Contratos e Convênios

Matrícula 062.871

Ratifico:


Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137